



2022

Balanço

Relatório Contábil do Exercício 2022



2022
DNOCS

Balanço
Relatório Contábil 2022



Diretor Geral do DNOCS

Fernando Marcondes de Araujo Leão

Diretor Administrativo

José Rosilônio de Araújo Magalhães

Chefe da Divisão de Recursos Financeiros

Francisco Evaldo Braz Azevedo

Chefe do Serviço de Contabilidade

Vicente de Paulo Cavalcante Sabóia

Equipe Técnica

Antônio da Silva Barros

Ciro Pereira Costa Lima

Denise Barros de Oliveira

Francisco Wagner Araujo Almeida

Jonas Ferreira Araujo Junior



Sumário

Lista de Siglas	4
Apresentação.....	5
Demonstrações Contábeis.....	11
Balanco Patrimonial.....	11
Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	12
Quadro de Compensações	13
Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial	13
Demonstrações das Variações Patrimoniais	14
Balanço Orçamentário.....	15
Balanço Financeiro.....	17
Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC	19
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	20
1. <i>Balanço Patrimonial.....</i>	20
2. <i>Ativo Circulante.....</i>	20
3. <i>Ativo Não-circulante.....</i>	21
4. <i>Passivo Circulante.....</i>	22
5. <i>Passivo Não-Circulante.....</i>	23
6. <i>Patrimônio Líquido.....</i>	24
7. <i>Demonstração das Variações Patrimoniais.....</i>	24
8. <i>Variações Patrimoniais Aumentativas</i>	24
9. <i>Variações Patrimoniais Diminutivas</i>	25
10. <i>Balanço orçamentário</i>	26
11. <i>Orçamento 2022 (LOA).....</i>	28
12. <i>Execução Orçamentária por Natureza de Despesas (LOA)</i>	29
13. <i>Execução orçamentária proveniente de Destaques</i>	32
14. <i>Balanço Financeiro</i>	33
15. <i>Fluxo de Ingressos e Dispêndios em 2022</i>	34



Lista de Siglas

CASP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	RMB	Relatórios de Movimentações de Bens Móveis
CCONT	Coordenação-Geral de Contabilidade Da União	RP	Restos a Pagar
CIPI	Cadastro Integrado de Projetos de Investimento	RPNP	Restos a Pagar Não Processados
CODEVASF	Cia de Des. dos Vales do S. Francisco e do Parnaíba	RPP	Restos a Pagar Processados
DA	Diretoria Administrativa	RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
DA/DRF/CO-CC	Setor dedicado ao Controle Contábil	SE/MIDR	Secretaria Executiva do MIDR
DA/DRF/CO-PC	Setor dedicado a Prestação de Contas	SERPRO	Ferviço Federal de Processamento de Dados
DRF	Divisão de Recursos Financeiros	SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais	SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
FRGPS	Fundo do Regime Geral de Previdência Social	SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
IN	Instrução Normativa	SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
LOA	Lei Orçamentária Anual	SIORG	Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	SNPDRT	Secretaria Nacional de Polit. de Desenv. Reg. e Territorial
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional	SNSH	Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
MEOF	Manual de Execução Orçamentária e Financeira	SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
MTO	Manual Técnico do Orçamento	STN	Secretaria do Tesouro Nacional
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade	TCE	Comissão de Tomadas de Contas Especiais
OB	Ordens Bancárias	TED's	Termos de Execuções Descentralizadas
OFSS	Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	TI	Tecnologia da Informação
OP	Ordem de Pagamento	UG	Unidade Gestora
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
RGPS	Regime Geral de Previdência Social	VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas
RMA	Relatórios de Movimentações de Almoxarifado		



Apresentação

*"É recomendável, a bem da accountability, que sejam fornecidas informações acerca do Setor de Contabilidade da Unidade Prestadora de Contas - UPC em termos de estrutura, composição, competências, responsáveis etc."*¹

TCU

O Serviço de Contabilidade (DA/DRF/CO), responsável pela contabilidade do DNOCS, tem sua estrutura estabelecida na Portaria n.º 43/2017/DG/GAB, 31 de janeiro de 2017. Faz parte da Divisão de Recursos Financeiros (DA/DRF) e essa, por sua vez, da Diretoria Administrativa (DA).

A força de trabalho da Setorial de Contabilidade tem sido reduzida ao longo dos anos por aposentadorias, pedidos de vacâncias e redistribuições, sem, contudo, haver a devida recomposição, contando atualmente com apenas 5 servidores, sendo 1 economista, 1 administradora e 3 contadores.

O setor é subdividido em duas seções, sendo uma dedicada à análise das prestações de contas (DA/DRF/CO-PC) e outra às atividades próprias de Setorial de Contabilidade (DA/DRF/CO-CC) nos termos da Macrofunção-STN 020315:

"Os órgãos/unidades Setoriais de Contabilidade são as unidades de gestão interna dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública, responsáveis pelo acompanhamento contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI de determinadas unidades gestoras executoras ou órgãos sob sua supervisão, podendo ser caracterizados nas seguintes formas:

- Setorial Contábil de Órgão: é a Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução contábil de determinado órgão, compreendendo as Unidades Gestoras a este pertencentes, e pelo registro da respectiva conformidade contábil"

A reduzida equipe de trabalho, além de se dividir entre as atividades inerentes às seções, também comporta a Comissão de Tomadas de Contas Especiais – TCE e é responsável pelo cadastro de acessos a diversos sistemas de governo.

Faz-se oportuno destacar texto da supracitada norma ao se referir ao conformista:

"O conformista contábil, em observância ao princípio da segregação de função, não poderá, concomitantemente, exercer quaisquer funções conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, tais como: autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou ainda efetuar a conformidade de registro de gestão."

O mandamento visa salvaguardar as atribuições legais da Setorial de Contabilidade como órgão de transparência e *accountability*, de encargos estranhos às atividades contábeis que porventura possam lhe ser atribuídos:

¹ Guia para elaboração do Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado



“Os servidores da Unidade Gestora ocupantes do cargo de Contador, de Técnico em Contabilidade ou de cargo equivalente com atribuições contábeis devem estar envolvidos com as atividades contábeis da sua unidade de lotação para fins da conformidade contábil, sendo esses profissionais subordinados tecnicamente à Seccional ou Setorial de Contabilidade e credenciados no SIAFI para este fim.”

Quanto à estrutura técnica disponível, o DNOCS executa o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, adota a Contabilidade Aplicada ao Setor Público – CASP e se utiliza do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, participa do macroprocesso contábil da União contando com a estrutura normativa e suporte operacional da Coordenação-Geral de Contabilidade da União (CCONT)² da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, que atua como órgão central de contabilidade e da CCONT do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR, do qual o DNOCS é vinculada, que atua como Órgão Setorial de Contabilidade.

O escopo normativo de suporte às atividades de contabilidade é formada por uma gama diversificada de textos legais e técnicos, desde a própria Constituição Federal CF, passando pela Lei 4.320/64 (Direito Financeiro), decretos como o Decreto 93.872/86, resoluções como as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP da STN, Manual do SIAFI (Macrofunções) até normas internas como o Manual de Execução Orçamentária e Financeira – MEOF disponível no sítio do DNOCS na Internet³.

Há normas técnicas específicas como a Macrofunção n.º 021121, que trata de Suprimentos de Fundos, o Manual Simplificado de Ordens Bancárias, que detalha o funcionamento das ordens bancárias.

No campo da matéria orçamentária, há o Manual Técnico do Orçamento – MTO, da Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF, de edição e atualização anual e a Portaria Interministerial SOF/STN n.º 163/2001, que discrimina a classificação orçamentária por naturezas de receitas e despesas.

Quanto aos controles para garantir a regularidade, completude, abrangência e observação das normas, há diversos processos que são relacionados à integridade da

²<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/web/stn/quem-e-quem>

³<https://www.gov.br/dnocs/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/da-drf/financeiro>



informação contábil. Cada profissional com prerrogativa de fazer registros no sistema é passível de uma conferência mensal, denominada de Conformidade de Operadores, disciplinada na Macrofunção n.º 020316, que integra o processo de gerenciamento de acesso e segurança do sistema e tem por objetivo a confirmação ou desativação de usuários. Ou seja, mensalmente os operadores passam por uma verificação da manutenção ou não de suas prerrogativas de acesso.

Esses profissionais são capacitados a também verificar a integridade dos registros. Eles fazem o controle de primeira linha, zelando pela correção das informações.

Existe também outro processo de conformidade denominado de conformidade de registro de gestão, em que um servidor por UG, formalmente designado, observando a segregação de funções, atesta a conformidade dos registros do SIAFI com os documentos de suporte desses registros. Esse procedimento é diário e normatizado através da Macrofunção n.º 020314 e é um controle de segunda linha, verificando a integridade dos dados.

Há ainda o registro da conformidade contábil, realizada pela DA/DRF/CO com observância dos procedimentos descritos no Manual SIAFI, Macrofunção n.º 020315. Esse é um processo que tem como objetivo principal as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas, relatórios elaborados a partir das informações do SIAFI.

Adicionalmente há as ações de auditoria, que quando são realizadas, resultam em um conjunto de recomendações que, atendidas, trazem maior confiabilidade às informações contábeis. É o controle de terceira linha.

Sendo assim, as Demonstrações Contábeis do DNOCS de 2022 comportam razoável conformidade e estão parcialmente harmonizadas com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC TSP⁴ e com os demais documentos normativos.

O Relatório Financeiro para Fins Gerais do DNOCS é composto das seguintes demonstrações:

- **Balanco Patrimonial** – evidencia os ativos e passivos do DNOCS, bem como, o Patrimônio Líquido.

⁴<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>



- **Balço Orçamentário** – traz a informação do orçamento aprovado em confronto com sua execução, ou seja, a receita prevista versus a arrecadada e a despesa autorizada versus a executada.
- **Balço Financeiro e a Demonstração dos Fluxos de Caixa** – visam demonstrar o fluxo financeiro do DNOCS no período, ou seja, as entradas de recursos em confronto com as saídas
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – neste demonstrativo é apurado o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas)
- **Notas Explicativas** – contêm informações complementares àquelas apresentadas no Balço Patrimonial, no Balço Orçamentário, no Balço Financeiro e Demonstração do Fluxo de Caixa, na Demonstração das Variações Patrimoniais e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

As Demonstrações Contábeis dos últimos anos podem ser encontradas no portal da autarquia na *Internet*, na opção “Transparência e Prestação de Contas”.

As políticas contábeis significativas são os princípios, as bases de mensuração, as convenções, as regras e as práticas específicas aplicadas na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis, como estimativas, regimes e registros.

O regime de reconhecimento das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, assim como em qualquer entidade contábil é o da competência, ou seja, os efeitos das transações e outros eventos sobre o patrimônio são reconhecidos quando ocorrem, independentemente de recebimentos e pagamentos.

É importante ressaltar que enquanto a contabilidade pública adota o regime de competência, a contabilidade orçamentária adota o regime misto, caracterizado pelo reconhecimento da despesa logo no momento do empenho e o reconhecimento das receitas, apenas quando ocorre o efetivo recolhimento do recurso à conta única da União:

“Art. 35 da Lei 4.320/64 “. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;



II - as despesas nele legalmente empenhadas.”

O Balanço Orçamentário opera pela lógica do regime misto.

A mensuração e a avaliação das disponibilidades pelo valor original.

Para a avaliação dos itens de Almojarifado adota-se o preço médio ponderado das compras, conforme preceitua a Lei n.º 4.320/64.

As provisões são constituídas com base em estimativas conhecidas.

Os estoques são mensurados e avaliados com base no valor de aquisição, no custo de produção ou de construção. Caso o valor de aquisição, de produção ou de construção seja superior ao valor de mercado, adota-se o valor de mercado.

O ativo imobilizado também é mensurado e avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando o bem móvel tem vida útil econômica limitada, fica sujeito à depreciação mensal nos termos da Macrofunção – STN n.º 020330, que orienta todos os procedimentos, inclusive estima a vida útil dos ativos de acordo com a classificação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

A metodologia do cálculo da depreciação é o método das quotas constantes e as taxas utilizadas são aquelas decorrentes dessa metodologia, conforme fórmula a seguir.

$$\text{Valor Depreciável Anualmente} = \frac{(\text{valor do bem} - \text{valor residual})}{\text{vida útil}}$$

Periodicamente são realizadas reavaliações, embora o número insuficiente de servidores para compor as comissões de pessoal técnico especializado e os recursos financeiros e orçamentários reduzidos para contratação de soluções de mercado, causem dificuldades.

Os ativos intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição.

Os registros dos atos e fatos administrativos, como já mencionado, são realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, disponível a todos os órgãos que participam do Orçamento Fiscal.

Quanto a solução interna de TI, o DNOCS conta com um sistema informatizado denominado APOENA, que coleta dados sobre a atuação da organização e os utiliza na geração de informações que fundamentam registros contábeis tais como depreciações mensais e a



elaboração de relatórios como o RMA – Relatórios de movimentações de Almoхарifado e RMB – Relatórios de movimentações de bens móveis e imóveis.

Em 2022, o órgão iniciou a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS. É um sistema desenvolvido pelo SERPRO e quando estiver plenamente implantado deverá gerar grande impacto em termos de controle e garantia da confiabilidade, regularidade, completude e abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis relacionados à gestão de bens móveis, almoхарifado e frota de veículos.

Gradualmente as unidades estaduais têm substituído o uso do APOENA pelo SIADS na geração do RMA e RMB, bem como, no controle dos bens móveis, materiais e Inventário.

Além do APOENA, SIADS e do SIAFI, a instituição utiliza os outros sistemas estruturantes do Governo Federal: SIAPE, SIORG, SPIUNET, COMPRASNET CONTRATOS, SIASG, CIPI etc.



Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial

ATIVO		
Especificação	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	65.829.727,23	70.979.473,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	61.815.484,34	69.352.882,43
Créditos a Curto Prazo	3.736.799,80	1.282.219,76
Estoques	277.443,09	344.371,70
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.317.750.080,63	4.686.109.213,15
Ativo Realizável a Longo Prazo	36.594.312,76	28.019.787,95
Dívida Ativa Não Tributária	36.588.096,72	28.013.571,91
Demais Créditos e Valores	6.216,04	6.216,04
Investimentos	1.056.450,02	1.056.450,02
Participações Permanentes	1.056.450,02	1.056.450,02
Imobilizado	5.276.412.704,50	4.653.346.361,83
Bens Móveis	257.278.686,38	125.045.318,25
Bens Móveis	349.747.601,04	231.698.344,33
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-92.468.914,66	-106.653.026,08
Bens Imóveis	5.019.134.018,12	4.528.301.043,58
Bens Imóveis	5.041.595.605,59	4.657.447.089,77
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-22.461.587,47	-129.146.046,19
Intangível	3.686.613,35	3.686.613,35
Softwares	1.484.840,12	1.484.840,12
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.201.773,23	2.201.773,23
TOTAL DO ATIVO	5.383.579.807,86	4.757.088.687,04



PASSIVO		
Especificação	2022	2021
PASSIVO CIRCULANTE	935.604.148,73	875.872.511,18
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	57.759.675,52	71.470.454,40
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	77.252.634,30	43.647.472,16
Transferências Fiscais a Curto Prazo	4.367.492,08	19.339.455,76
Provisões a Curto Prazo	-	168.200,38
Demais Obrigações a Curto Prazo	796.224.346,83	741.246.928,48
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.482,79	1.761.949,86
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	1.757.467,07
Demais Obrigações a Longo Prazo	4.482,79	4.482,79
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	935.608.631,52	877.634.461,04

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Especificação	2022	2021
Resultados Acumulados	4.447.971.176,34	3.879.454.226,00
Resultado do Exercício	416.358.092,30	115.385.904,41
Resultados de Exercícios Anteriores	3.879.454.226,00	3.848.614.306,20
Ajustes de Exercícios Anteriores	152.158.858,04	-84.545.984,61
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.447.971.176,34	3.879.454.226,00

Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO		
Especificação	2022	2021
Ativo Financeiro	61.815.484,34	69.352.882,43
Ativo Permanente	5.321.764.323,52	4.687.735.804,61

PASSIVO		
Especificação	2022	2021
Passivo Financeiro	570.347.985,35	817.468.398,66
Passivo Permanente	805.829.552,07	763.814.249,73
Saldo Patrimonial	4.007.402.270,44	3.175.806.038,65



Quadro de Compensações

ATIVO		
Especificação	2022	2021
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	650.748.838,59	661.319.455,13
Atos Potenciais Ativos	650.748.838,59	661.319.455,13
Garantias e Contragarantias Recebidas	26.620.125,02	26.620.125,02
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	623.546.782,92	634.117.399,46
Direitos Contratuais	581.930,65	581.930,65
Total	650.748.838,59	661.319.455,13

PASSIVO		
Especificação	2022	2021
Especificação/ Saldo dos Atos Potenciais Passivos	873.691.607,40	711.547.240,38
Atos Potenciais Passivos	873.691.607,40	711.547.240,38
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	58.461.760,66	85.316.330,86
Obrigações Contratuais	815.229.846,74	626.230.909,52
Total	873.691.607,40	711.547.240,38

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-343.876.256,00
Recursos Vinculados	-164.656.245,01
Dívida Pública	-174.453.863,10
Alienação de Bens e Direitos	9.838.577,82
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-40.959,73
TOTAL	-508.532.501,01



Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.538.231.187,31	2.204.180.180,90
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.913.422,92	1.667.239,65
Venda de Mercadorias	53.952,00	39.990,40
Vendas de Produtos	197,60	38,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.859.273,32	1.627.211,25
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.987,51	266.279,62
Juros e Encargos de Mora	1.987,51	266.279,62
Transferências e Delegações Recebidas	2.521.309.578,19	2.049.216.650,20
Transferências Intragovernamentais	2.442.621.348,29	2.045.687.454,86
Outras Transferências e Delegações Recebidas	78.688.229,90	3.529.195,34
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.003.973.171,95	148.134.779,42
Reavaliação de Ativos	25.309.448,80	26.317.656,26
Ganhos com Alienação	-	45.982,47
Ganhos com Incorporação de Ativos	842.434.075,83	5.178.681,92
Ganhos com Desincorporação de Passivos	136.229.647,32	116.592.458,77
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	11.033.026,74	4.895.232,01
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	168.200,38	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	10.864.826,36	4.895.232,01
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	3.121.873.095,01	2.088.794.276,49
Pessoal e Encargos	99.070.768,09	126.880.178,54
Remuneração a Pessoal	78.499.594,66	103.277.612,78
Encargos Patronais	14.958.977,42	17.632.239,54
Benefícios a Pessoal	5.001.509,08	5.814.758,21
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	610.686,93	155.568,01
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	567.649.084,89	577.708.145,60
Aposentadorias e Reformas	252.159.474,73	268.235.482,91
Pensões	310.275.540,46	303.632.802,13
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	5.214.069,70	5.839.860,56
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	90.439.733,49	114.358.417,78
Uso de Material de Consumo	3.091.018,48	3.208.459,52
Serviços	59.188.260,26	67.759.308,09
Depreciação, Amortização e Exaustão	28.160.454,75	43.390.650,17
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	128.352,06	88,48
Juros e Encargos de Mora	4.849,29	-
Descontos Financeiros Concedidos	884,45	88,48
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	122.618,32	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.160.842.349,99	1.080.137.371,90
Transferências Intragovernamentais	1.229.000.403,12	1.022.363.762,42
Transferências Intergovernamentais	11.607.341,96	54.248.984,82
Outras Transferências e Delegações Concedidas	920.234.604,91	3.524.624,66
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	203.581.175,79	189.396.025,26
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	19.103.573,05	386.490,75
Perdas com Alienação	-	1.267.899,49
Perdas Involuntárias	3.430.407,56	161.053,49
Incorporação de Passivos	174.543.942,27	130.292.493,39
Desincorporação de Ativos	6.503.252,91	57.288.088,14
Tributárias	121.399,92	134.458,25
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	101.663,43	119.583,81
Contribuições	19.736,49	14.874,44
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	40.230,78	179.590,68
Constituição de Provisões	-	168.200,38
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	40.230,78	11.390,30
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	416.358.092,30	115.385.904,41



Balço Orçamentário

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	2.302.007,00	2.302.007,00	2.571.501,49	269.494,49
Receita Patrimonial	1.935.746,00	1.935.746,00	1.057.795,98	-877.950,02
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.935.746,00	1.935.746,00	1.057.795,98	-877.950,02
Receita Agropecuária	48.895,00	48.895,00	53.952,00	5.057,00
Receita Industrial	-	-	197,60	197,60
Receitas de Serviços	260.012,00	260.012,00	848.224,84	588.212,84
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	260.012,00	260.012,00	841.456,95	581.444,95
Outros Serviços	-	-	6.767,89	6.767,89
Outras Receitas Correntes	57.354,00	57.354,00	611.331,07	553.977,07
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	57.354,00	57.354,00	14.084,00	-43.270,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	474.233,97	474.233,97
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	123.013,10	123.013,10
RECEITAS DE CAPITAL	1.320.794,00	1.320.794,00	3.165.178,15	1.844.384,15
Alienação de Bens Móveis	1.320.794,00	1.320.794,00	3.165.178,15	1.844.384,15
Alienação de Bens Móveis	1.320.794,00	1.320.794,00	2.163.113,32	842.319,32
SUBTOTAL DE RECEITAS	3.622.801,00	3.622.801,00	5.736.679,64	2.113.878,64
DEFICIT			988.068.621,59	988.068.621,59
TOTAL	3.622.801,00	3.622.801,00	993.805.301,23	990.182.500,23
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		23.607.473,00		-23.607.473,00
Excesso de Arrecadação	-	50.000.000,00	-	-
Créditos Cancelados	-	-26.392.527,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇ	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMP	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESP CORR	777.545.577,00	770.863.287,00	740.061.154,07	708.300.603,30	660.183.421,70	30.802.132,93
Pessoal e Encargos Sociais	695.615.347,00	675.588.046,00	652.328.075,14	652.323.293,68	605.643.979,60	23.259.970,86
Outras Desp Corr	81.930.230,00	95.275.241,00	87.733.078,93	55.977.309,62	54.539.442,10	7.542.162,07
DESP CAP	120.786.543,00	151.076.306,00	253.744.147,16	100.893.796,93	80.172.392,87	-102.667.841,16
Investim	120.400.638,00	151.076.306,00	253.744.147,16	100.893.796,93	80.172.392,87	-102.667.841,16
Inver Fin	385.905,00	-	-	-	-	-
TOTAL	898.332.120,00	921.939.593,00	993.805.301,23	809.194.400,23	740.355.814,57	-71.865.708,23



Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Despesas Orçamentárias	Inscrito em exerc. Anteriores	Inscrito em 31 de dez. do exerc. Anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldos
DESPESAS CORRENTES	4.820.265,45	16.642.090,21	16.024.055,72	15.453.675,99	1.496.309,41	4.512.370,26
Outras Despesas Correntes	4.820.265,45	16.642.090,21	16.024.055,72	15.453.675,99	1.496.309,41	4.512.370,26
DESPESAS DE CAPITAL	317.378.235,59	364.807.596,41	419.194.706,91	373.523.739,35	10.902.847,98	297.759.244,67
Investimentos	317.378.235,59	364.807.596,41	419.194.706,91	373.523.739,35	10.902.847,98	297.759.244,67
TOTAL	322.198.501,04	381.449.686,62	435.218.762,63	388.977.415,34	12.399.157,39	302.271.614,93

Anexo 2 - Demonstrativo de execução de restos a pagar processados e não processados liquidados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Inscritos em exercícios anteriores	Inscrito em 31 de dez. do exercício	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES	136.030,17	50.080.153,87	49.896.790,84	18.051,60	301.341,60
Pessoal e Encargos Sociais	7.927,90	48.011.775,99	48.011.775,99	-	7.927,90
Outras Despesas Correntes	128.102,27	2.068.377,88	1.885.014,85	18.051,60	293.413,70
DESPESAS DE CAPITAL	13.835.418,10	47.649.170,03	48.122.936,43	50.516,01	13.311.135,69
TOTAL	13.971.448,27	97.729.323,90	98.019.727,27	68.567,61	13.612.477,29



Balço Financeiro

INGRESSOS		
Especificação	2022	2021
Receitas Orçamentárias	5.736.679,64	5.771.453,95
Ordinárias	-	-
Vinculadas	5.737.587,65	5.771.542,43
Previdência Social (RPPS)	-	-
Alienação de Bens e Direitos	3.256.548,09	4.074.437,60
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.481.039,56	1.697.104,83
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-908,01	-88,48
Transferências Financeiras Recebidas	2.442.621.348,29	2.045.629.019,64
Resultantes da Execução Orçamentária	1.576.809.516,31	1.585.331.651,24
Repasso Recebido	787.034.779,56	791.886.813,77
Sub-repasso Recebido	789.375.921,85	793.444.837,47
Sub-repasso Devolvido	398.814,90	
Independentes da Execução Orçamentária	865.811.831,98	460.297.368,40
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	865.811.831,98	460.145.095,55
Demais Transferências Recebidas		143.798,96
Movimentação de Saldos Patrimoniais		8.473,89
Recebimentos Extraorçamentários	254.118.035,23	464.948.819,29
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	68.838.585,66	82.336.686,96
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	184.610.901,00	381.449.686,62
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-900.528,68	491.764,20
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.569.077,25	670.681,51
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.115,61	6.487,52
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		55,00
Arrecadação de Outra Unidade	1.562.966,64	605.703,77
Demais Recebimentos	4.995,00	58.435,22
Saldo do Exercício Anterior	69.352.882,43	59.813.629,54
Caixa e Equivalentes de Caixa	69.352.882,43	59.813.629,54
TOTAL	2.771.828.945,59	2.576.162.922,42



DISPÊNDIOS		
Especificação	2022	2021
Despesas Orçamentárias	993.805.301,23	1.207.180.351,04
Ordinárias	427.688.956,35	667.769.196,56
Vinculadas	566.116.344,88	539.411.154,48
Seguridade Social (Exceto Previdência)	562.352.330,18	211.853.854,20
Previdência Social (RPPS)	-	177.395.712,31
Dívida Pública		143.967.580,47
Alienação de Bens e Direitos	908.318,25	1.012.738,02
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.855.696,45	5.181.269,48
Transferências Financeiras Concedidas	1.229.005.398,12	1.022.363.762,42
Resultantes da Execução Orçamentária	790.327.420,98	793.694.837,47
Repasse Concedido		250.000,00
Sub-repasse Concedido	789.375.921,85	793.444.837,47
Repasse Devolvido	552.684,23	
Sub-repasse Devolvido	398.814,90	
Independentes da Execução Orçamentária	438.677.977,14	228.668.924,95
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	437.082.459,33	228.042.665,73
Movimento de Saldos Patrimoniais	1.595.517,81	626.259,22
Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários	487.202.761,90	277.265.926,53
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	98.019.727,27	56.748.726,73
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	388.977.415,34	220.186.741,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	205.619,29	330.457,88
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte	61.815.484,34	69.352.882,43
Caixa e Equivalentes de Caixa	61.815.484,34	69.352.882,43
TOTAL	2.771.828.945,59	2.576.162.922,42



Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC

	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	464.537.186,77	250.045.222,76
INGRESSOS	2.445.860.282,74	2.048.461.527,21
Receita Patrimonial	1.057.795,98	1.261.889,88
Receita Agropecuária	53.952,00	39.990,40
Receita Industrial	197,60	38,00
Receita de Serviços	848.224,84	367.232,28
Outras Receitas Derivadas e Originárias	611.331,07	7.398,82
Outros Ingressos Operacionais	2.443.288.781,25	2.046.784.977,83
Ingressos Extraorçamentários	-900.528,68	491.764,20
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		55,00
Transferências Financeiras Recebidas	2.442.621.348,29	2.045.629.019,64
Arrecadação de Outra Unidade	1.562.966,64	605.703,77
Demais Recebimentos	4.995,00	58.435,22
DESEMBOLSOS	-1.981.323.095,97	-1.798.416.304,45
Pessoal e Demais Despesas	-709.566.549,89	-715.682.680,27
Administração	-135.766.613,41	-144.825.283,75
Previdência Social	-562.157.581,33	-558.404.444,05
Urbanismo	-2.159.926,47	-2.571.976,62
Gestão Ambiental	-383.849,00	-148.573,98
Agricultura	-9.075.512,25	-9.718.917,89
Encargos Especiais	-24.183,04	-19.971,50
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.115,61	6.487,52
Transferências Concedidas	-42.545.528,67	-60.039.403,88
Intergovernamentais	-26.579.305,64	-41.185.560,62
A Estados e/ou Distrito Federal	-24.269.346,65	-37.857.655,14
A Municípios	-2.309.958,99	-3.327.905,48
Intragovernamentais	-15.966.223,03	-18.853.843,26
Outros Desembolsos Operacionais	-1.229.211.017,41	-1.022.694.220,30
Dispêndios Extraorçamentários	-205.619,29	-330.457,88
Transferências Financeiras Concedidas	-1.229.005.398,12	-1.022.363.762,42
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-472.074.584,86	-240.505.969,87
INGRESSOS	3.165.178,15	4.094.904,57
Alienação de Bens	3.165.178,15	4.094.904,57
DESEMBOLSOS	-475.239.763,01	-244.600.874,44
Aquisição de Ativo Não Circulante	-417.251.724,77	-207.829.395,93
Outros Desembolsos de Investimentos	-57.988.038,24	-36.771.478,51
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-7.537.398,09	9.539.252,89
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	69.352.882,43	59.813.629,54
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	61.815.484,34	69.352.882,43



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Balanço Patrimonial

De acordo com o Balanço Patrimonial, a soma dos bens e direitos em 31 de dezembro de 2022 totalizam 5,3 bilhões de reais. O valor é compatível com a história de realizações do órgão centenário com expertise na construção de obras de Infraestrutura Hídrica e orçamento anual da ordem de R\$ 1 bilhão, além de Termos de Execuções Descentralizadas (TEDs).

		Em Reais (R\$)			
ATIVO	2022	2021	ATIVO	2022	2021
Ativo Circulante	65.829.727,23	70.979.473,89	Passivo Circulante	935.604.148,73	875.872.511,18
Ativo Não-Circulante	5.317.750.080,63	4.686.109.213,15	Passivo Não-Circulante	4.482,79	1.761.949,86
			Patrimônio Líquido	4.447.971.176,34	3.879.454.226,00
Total	5.383.579.807,86	4.757.088.687,04		5.383.579.807,86	4.757.088.687,04

Fonte: SIAFI

2. Ativo Circulante

O Ativo Circulante é majoritariamente formado por Caixa e Equivalentes de caixa, R\$ 61 milhões do total de R\$ 65,8 milhões apurados no fechamento de 2022, que a propósito, teve uma variação de -10% em relação a 2021. Essa redução reflete a recente diretriz do órgão central de programação financeira, de que as unidades devem devolver os recursos até 31 de dezembro. Como existem orientações também de devolução de recursos de TED, para os órgãos repassadores, a consequência é a redução dos saldos de Caixa, ano após ano.

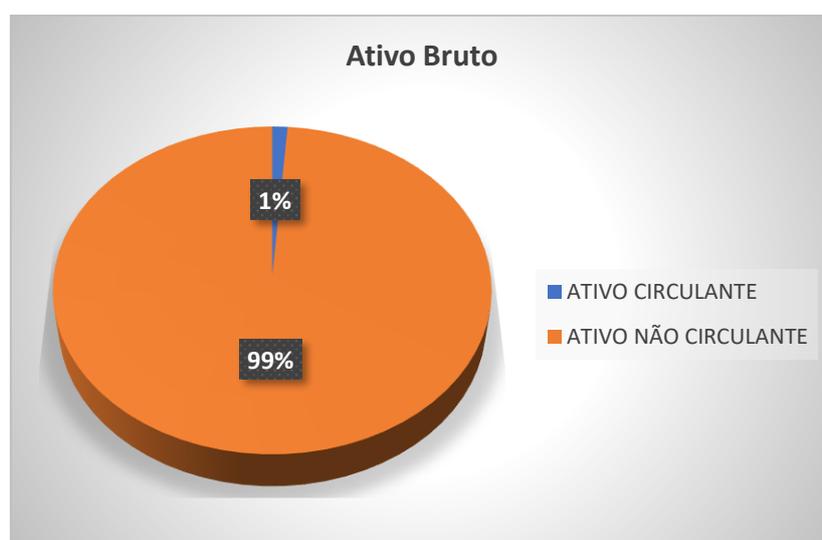
ATIVO					
Especificação	H%	2022	V%	2021	V%
ATIVO CIRCULANTE	-7,26%	65.829.727,23	100,00%	70.979.473,89	100,00%
Caixa e Equivalentes de Caixa	-10,87%	61.815.484,34	93,90%	69.352.882,43	97,71%
Créditos a Curto Prazo	191,43%	3.736.799,80	5,68%	1.282.219,76	1,81%
Estoques	-19,43%	277.443,09	0,42%	344.371,70	0,49%



Também vale destacar a mudança ocorrida em 2018 no procedimento de movimentação dos recursos financeiros da Conta Única do Tesouro Nacional pela Macrofunção-STN n.º 020305, que com base na IN STN n.º 04/2004, criou mais uma etapa no processo de geração de Ordens Bancárias-OB, denominada de Ordem de Pagamento – OP. Nessa nova configuração, após a geração da OP, os recursos são transferidos para uma conta transitória de Limite de Saque, onde permanecem aguardando as autorizações dos gestores, ocasião em que há a efetivação das transferências e pagamentos.

3. Ativo Não-circulante

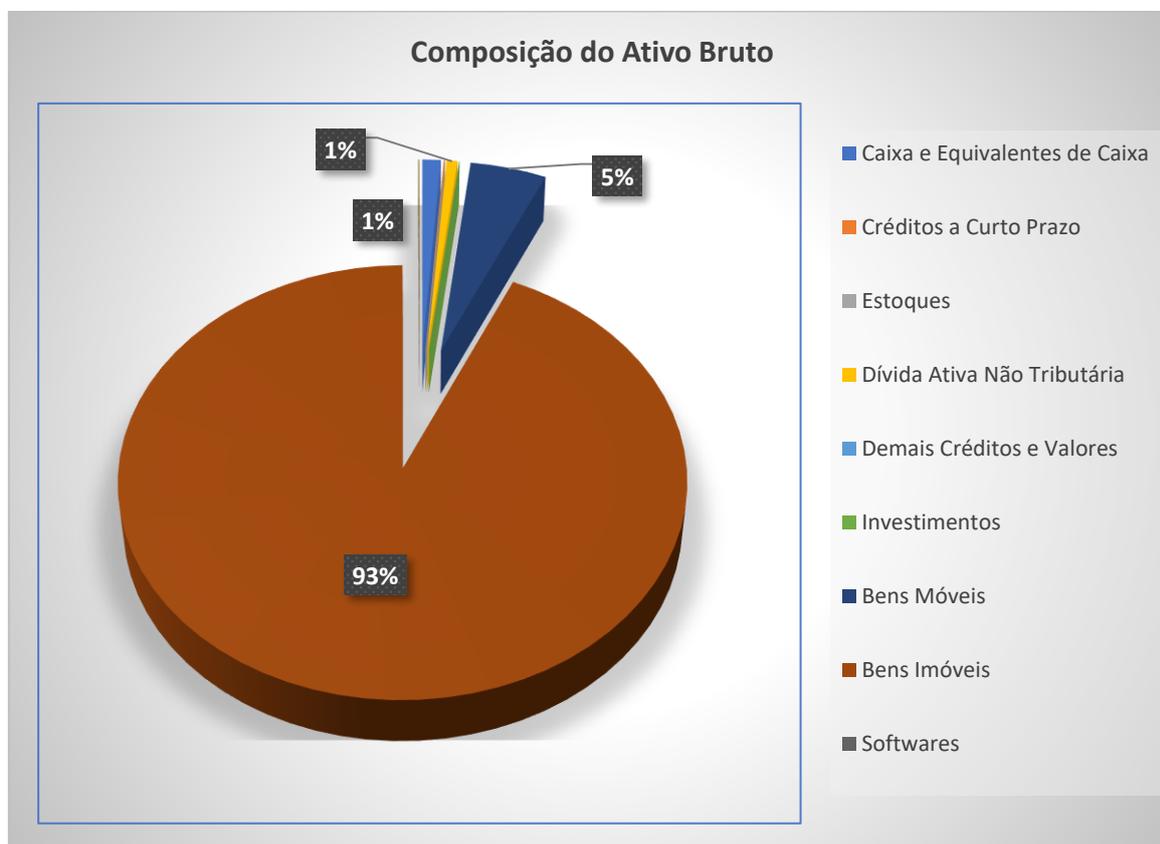
De qualquer forma, o Ativo Circulante responde por apenas 1,22% do Ativo Bruto, enquanto o Ativo Não Circulante apresenta 98,7% ou R\$ 5,3 bilhões do Patrimônio Bruto, composto majoritariamente de imobilizados, bens móveis e imóveis e um enorme legado representado por barragens, açudes, perímetros irrigados e edificações espalhadas por estados do nordeste brasileiro e norte de Minas Gerais. Obras que objetivaram ajudar a população do semiárido a lidar com os efeitos da seca.



O valor dos Bens Móveis é R\$ 257 milhões, enquanto os Bens Imóveis acumulam 5 Bilhões. Em termos percentuais isso significa 4,8% e 95,12%, respectivamente.



O restante do Ativo Não Circulante é composto por Dívida Ativa não Tributária, de R\$ 36,5 milhões, em sua maior parte decorrente de questões ligadas aos instrumentos de transferências voluntárias.



4. Passivo Circulante

Se no lado dos Bens e Direitos é o Ativo Não Circulante que possui os itens de maior valor, no lado das Obrigações é o Passivo Circulante, com R\$ 935 milhões o grupo mais representativo.

Os principais itens são Obrigações Trab., Prev. e Assist. a pagar Curto Prazo com R\$ 57,7 milhões, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, com 77,2 milhões e Demais Obrigações a Curto Prazo, com R\$ 796 milhões.

Enquanto *Obrigações Trab., Prev. e Assist. a pagar Curto Prazo* refletem as provisões da Folha de Pagamento referentes a dezembro de 2022 e pagas logo no início de 2023, os *Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo* tratam de Restos a Pagar Processados.



A rubrica mais expressiva é *Demais Obrigações a curto Prazo*, grupo formado por diversos passivos, sendo Transferências Financeiras a Comprovar (TED a Comprovar) a soma mais expressiva, R\$ 782 milhões.

Demais Obrigações a curto Prazo	\$ Em Reais
Retencao previdenciaria - frgps	243.737,12
Impostos e contrib diversos devidos ao tesour	182.041,94
ISS	83.112,63
Pensao alimenticia	48.159,05
Retencoes - emprestimos e financiamentos	3.022.195,99
Servicos de processamento de dados	60.432,33
Previdencia complementar servidor pub federal	711,04
Depositos retidos de fornecedores	62.960,82
Outros consignatarios	2.692.112,51
Depositos recebidos por determinacao judicial	927.588,26
Depositos e caucos recebidos	67.854,55
Depositos de terceiros	2.112,50
Depositos por devolucao de valores nao reclam	3.079,26
Indenizacoes, restituicoes e compensacoes	144.349,02
Diarias a pagar	17.079,68
Precatorios de terceiros	5.927.222,82
Fatura - cartao de pagamento do governo feder	9.289,11
Transferencias financeiras a comprovar - TED	782.230.308,20
	795.724.346,83

Fonte: SIAFI

5. Passivo Não-Circulante

O Passivo Não-Circulante em 2021 era representado basicamente por *Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo*, com 1,7 milhão, à época, apenas 0,2% do Passivo Total e dizia respeito à provisão de Precatórios que foram completamente executados durante 2022, restando ao Não-Circulante apenas um saldo de 4,4 mil reais de depósitos recebidos por determinações judiciais, apenas 0,0005% do total.

Esse tipo de depósito tem geralmente caráter transitório, enquanto se decide alguma lide, e ao final converte-se em renda ou devolve-se à outra parte litigante.



6. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido teve um aumento de 14,65% impulsionado pelo resultado apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (*Resultado do Exercício*) e por *Ajustes de Exercícios Anteriores*. Esses ajustes foram resultado de mudanças nas políticas contábeis de classificação de *Resultados de Exercícios Anteriores* e ajustes nos valores das depreciações acumuladas, mais representativamente, dos Bens Imóveis, via Sistema SpiuNet.

7. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) mostra as alterações ocorridas no Patrimônio da entidade, evidenciadas também no Balanço Patrimonial, Patrimônio Líquido, *Resultado do Exercício*.

O Resultado do Exercício é apurado confrontando-se das Receitas com as Despesas que ocorreram durante 2022. Esse é um indicador do impacto do serviço ofertado ao público sobre o Patrimônio do órgão, considerando-se o esforço para atender às demandas da sociedade.

8. Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) equivalem ao que se conhece como *receitas*, no âmbito do setor privado.

A DVP mostra um incremento de 60% das VPAs, passando de 2,2 Bilhões em 2021 para 3,5 Bilhões em 2022, sendo as Transferências Intragovernamentais responsáveis por quase 70% das receitas totais. Cenário coerente com o status de Estatal Dependente do orçamento Fiscal e da Seguridade Social, como é o caso do DNOCS.

É importante salientar que as Variações na valoração dos Ativos e Passivos, responsável por 28% das receitas, não são monetizadas, portanto, não monetárias, bem como, *Outras Variações Patrimoniais Aumentativas*.



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	AH%	2022	AV%	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	60,52%	3.538.231.187,31	100,00%	2.204.180.180,90
Venda de Mercadorias	34,91%	53.952,00	0,00%	39.990,40
Vendas de Produtos	420,00%	197,60	0,00%	38,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	14,26%	1.859.273,32	0,05%	1.627.211,25
Juros e Encargos de Mora	-99,25%	1.987,51	0,00%	266.279,62
Transferências Intragovernamentais	19,40%	2.442.621.348,29	69,04%	2.045.687.454,86
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2129,64%	78.688.229,90	2,22%	3.529.195,34
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	577,74%	1.003.973.171,95	28,38%	148.134.779,42
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	125,38%	11.033.026,74	0,31%	4.895.232,01

9. Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) equivalem ao que se conhece como *despesas*, no âmbito do setor privado.

A DVP mostra um incremento de quase 50% das VPDs, passando de 2 Bilhões em 2021 para 3,1 Bilhões em 2022, sendo as Transferências e Delegações Concedidas responsáveis por quase 70% das despesas totais.

É importante salientar que as Variações na valoração dos Ativos e Passivos, responsável por 6,52% das despesas, não são monetizadas, portanto, não monetárias.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	AH%	3.121.873.095,01	AV%	2.088.794.276,49
Transferências e Delegações Concedidas	100,05%	2.160.842.349,99	69,22%	1.080.137.371,90
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-1,74%	567.649.084,89	18,18%	577.708.145,60
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	7,49%	203.581.175,79	6,52%	189.396.025,26
Pessoal e Encargos	-21,92%	99.070.768,09	3,17%	126.880.178,54
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-20,92%	90.439.733,49	2,90%	114.358.417,78
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	144963,36%	128.352,06	0,00%	88,48
Tributárias	-9,71%	121.399,92	0,00%	134.458,25

Vale destacar a redução de quase 22% nos gastos com Pessoal e Encargos, que junto a Benefícios Previdenciário e Assistenciais alcança 666 milhões de reais.

No detalhe, observa-se uma redução no valor das Aposentadorias de 6% e um aumento no valor pago a título de pensões de 2,2%.

No geral as despesas reduziram-se em quase 5%, com exceção apenas das Transferências Concedidas, que tiveram um incremento de 100%.



10. Balanço orçamentário

Balanço Orçamentário apresenta as receitas e despesas orçamentárias por categoria econômica e origem, especificando previsão inicial, previsão atualizada, receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

As Despesas Orçamentárias são apresentadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

É importante destacar que em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

Esse desequilíbrio ocorre porque o superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser apresentado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário no cálculo do resultado orçamentário.

Outro desequilíbrio que ocorre é quando se compara o Valor Atualizado do Orçamento, no caso de 2022, R\$ 921,9 milhões com o valor empenhado, R\$ 993,8. Logo percebe-se que o valor da despesa empenhada supera o valor orçado. Isso ocorre porque o Balanço Orçamentária inclui a totalidade da execução orçamentária, incluindo os destaques e Termos de Execução Descentralizadas. Como no caso de TED o orçamento é de outro órgão, esse valor não aparece na coluna de Dotação Atualizada, daí a diferença.

Mais adiante há tabelas que segregam a execução exclusivamente do DNOCS da execução dos destaques.



Sobre o Princípio Orçamentário da Anualidade, de modo geral os valores autorizados (fixação) são válidos para realizações ao longo de um ano. Eventualmente, porém, podem passar para anos seguintes, denominados assim de Restos a Pagar (RP).

Os RP se dividem em RP processados (RPP), quando os bens e serviços são entregues até o final do exercício e os RP não processados (RPNP), que são quando os bens e serviços não são completamente entregues, e, portanto, não pagos até o final do ano.

Como acima mencionado, além de executar a LOA e os Restos a Pagar, o órgão também poderá executar orçamentos de outros órgãos, os chamados TEDs – Termos de Execução Descentralizada, quando um órgão repassa ao outro a execução de seu orçamento (LOA).

Resumidamente, a autarquia poderá vir a executar concomitantemente LOA, RP, TEDs, inclusive emendas parlamentares, empregando sua expertise, capacidade instalada e de realização, em diferentes projetos.



11. Orçamento 2022 (LOA)

Orçamento do DNOCS (LOA-2022)

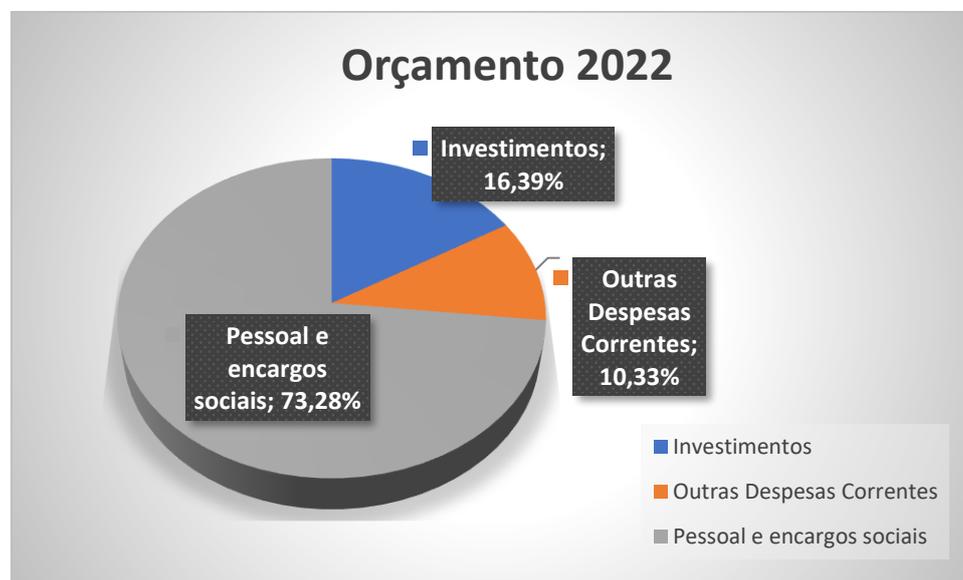
\$ Em Reais

Grupo de Despesas	AV%	Dotação Atualizada
Investimentos	16,39%	151.076.306,00
Outras Despesas Correntes	10,33%	95.275.241,00
Pessoal e encargos sociais	73,28%	675.588.046,00
Fonte: SIAFI	100,00%	<u>921.939.593,00</u>

Órgão secular, grande parte da sua destinação orçamentária refere-se a gastos com pessoal ativo, inativo e pensionista, que representam 73,28% do total, 675 milhões de reais.

Da dotação total atualizada de mais de 921 milhões de reais para 2022, 16% foram para investimentos e 10% para despesas administrativas e operacionais.

Descontados os gastos com pessoal, o orçamento para realizações/operacional em 2022 foi de pouco mais de 246 milhões de reais ou 27 % do total.



Vale ressaltar que é incomum uma execução de 100% do orçamento em um único exercício financeiro. Normalmente, uma parte é empenhada, outra parte é executada/liquidada e uma outra parte dos liquidados é paga. O restante é cancelado ou inscrito em Restos a Pagar, processados e Restos a pagar não processados (RPP e RPNP).



Em 2022, 98% do orçamento de Investimentos foi empenhado, 47% do que foi empenhado, foi executado (liquidado) e 86% do que foi liquidado, foi pago. O restante tornou-se Restos a pagar processados (RPP).

Quase metade do Orçamento de Investimentos foi executado, 47% ou R\$ 69,5 Milhões.

Execução Orçamentária por Grupo de Despesas (LOA-2022)

Grupo Desp	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	AH%	Despesas Liquidadas	AH%	\$ Em Reais	
						Despesas Pagas	AH%
Invest.	151.076.306,00	148.197.123,86	98,09%	69.586.766,02	46,96%	59.971.545,41	86,18%
Outras Despesas Correntes	95.275.241,00	87.453.621,90	91,79%	55.761.644,34	63,76%	54.327.352,59	97,43%
Pessoal e Encargos Sociais	675.588.046,00	652.328.075,14	96,56%	652.323.293,68	100,00%	605.643.979,60	92,84%
	<u>921.939.593,00</u>	<u>887.978.820,90</u>	<u>96,32%</u>	<u>777.671.704,04</u>	<u>87,58%</u>	<u>719.942.877,60</u>	<u>92,58%</u>

Fonte: SIAFI

O orçamento com Outras Despesas Correntes, gastos administrativos e operacionais, foi 91,79% empenhado e desses, 63,76% realizados. Quase a totalidade do que foi liquidado, foi pago ainda em 2022, 97% ou R\$ 54,3 milhões.

A execução (liquidado) de Outras Despesas Correntes foi da ordem de 58%.

12. Execução Orçamentária por Natureza de Despesas (LOA)

Os 3 grandes grupos de despesas, Investimentos, Outras Despesas Correntes e Pessoal e Encargos Sociais se subdividem em elementos de despesas, onde é possível acompanhar o gasto por sua natureza.

A tabela a seguir detalha a execução por elementos de despesa, segregando-a em Dotação Atualizada, que representa o orçamento disponível, Despesa empenhada, liquidada e paga. Esses elementos estão classificados nos grupos de despesas.

Os dados foram extraídos do SIAFI e estão em reais.



	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
investimentos	151.076.306,00	148.197.123,86	69.586.766,02	59.971.545,41
[a detalhar]	12.534,04			
auxílios	3.760.000,00	3.760.000,00	3.760.000,00	3.760.000,00
despesas de exercícios anteriores	612.170,27	612.170,27	539.530,23	189.530,23
diárias - pessoal civil	1.090.369,53	1.060.943,07	1.060.616,12	1.058.746,75
equipamentos e material permanente	26.589.546,56	26.459.345,44	20.792.788,73	15.197.172,55
indenizações e restituições	9.440.000,00	9.440.000,00	9.068.240,77	9.068.240,77
locação de mão-de-obra	1.868.551,27	1.867.542,50	1.501.566,65	1.249.782,92
material de consumo	3.959.891,24	3.959.276,13	3.606.028,06	3.606.028,06
obras e instalações	95.140.978,82	93.334.762,98	26.469.520,33	23.224.235,06
outros serviços de terceiros pj - op.int.orc.	3.626.388,04	2.727.207,24	1.905.842,10	1.735.176,04
serviços de consultoria	4.975.876,23	4.975.876,23	882.633,03	882.633,03
outras despesas correntes	95.275.241,00	87.453.621,90	55.761.644,34	54.327.352,59
[a detalhar]	1.932.888,02			
auxílio-alimentação	4.387.014,80	3.982.725,97	3.982.725,97	3.677.935,39
auxílio-transporte	801.664,00	615.941,15	615.941,15	570.555,41
despesas de exercícios anteriores	1.979.414,29	1.971.002,59	1.866.834,18	1.842.602,02
diárias - pessoal civil	1.746.756,79	1.632.113,68	1.632.113,68	1.618.153,32
indenizações e restituições	5.961.572,17	5.592.213,52	5.514.327,88	5.148.645,05
locação de mão-de-obra	49.048.323,39	49.046.986,95	29.111.091,66	28.649.338,02
material de consumo	3.973.485,54	3.970.957,35	1.300.370,10	1.233.931,80
obrigações tributárias e contributivas	149.959,74	149.703,91	128.799,38	128.799,38
outros benef.assist. do servidor e do militar	1.545.069,08	1.284.413,36	1.254.519,26	1.231.938,95
outros serviços de terceiros - p.física	706.053,13	689.943,28	689.943,28	625.927,74
outros serviços de terceiros pj - op.int.orc.	14.924.082,47	14.904.076,85	7.325.563,43	7.280.899,69
passagens e despesas com locomoção	614.383,48	614.373,48	476.569,72	476.569,72
pensões especiais	34.796,00	24.023,76	24.023,76	22.021,78
sentenças judiciais	4.494.628,80			
serviços de tecnologia da informação e comunicação - pj	2.975.149,30	2.975.146,05	1.838.820,89	1.820.034,32
pessoal e encargos sociais	675.588.046,00	652.328.075,14	652.323.293,68	605.643.979,60
[a detalhar]	4.973.941,63			
aposentadorias, reserva remunerada e reformas	236.695.965,59	236.024.073,98	236.024.073,98	219.639.377,04
contribuição a entidade fechada previdência	5.618,37	4.814,64	4.814,64	4.418,37
despesas de exercícios anteriores	420.468,40	419.320,76	419.320,76	406.642,94
obrigações patronais	15.932.615,00	14.954.162,78	14.954.162,78	14.954.162,78
outras despesas variáveis - pessoal civil	150.747,65	149.447,65	149.447,65	134.407,95
pensões	305.042.519,73	304.732.214,40	304.732.214,40	282.753.791,65
ressarcimento despesas pessoal requisitado	557.075,53	557.074,54	552.293,08	496.690,61
sentenças judiciais	43.222.640,57	27.756.532,62	27.756.532,62	25.520.053,00
vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	68.586.453,53	67.730.433,77	67.730.433,77	61.734.435,26
Total Geral	921.939.593,00	887.978.820,90	777.671.704,04	719.942.877,60



O gráfico acima mostra o grau de execução de cada fase da despesa pública, empenho, liquidação e pagamento. Quanto mais alta a barra, maior o percentual de execução.

Por exemplo, a rubrica “Auxílios”, do grupo “Investimentos” teve 100% do orçamento disponível, empenhado, liquidado/executado e pago.

Por outro lado, a rubrica “Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica”, do grupo “Outras despesas correntes” teve 75% do orçamento disponível, empenhado, 70% liquidado/executado/recebido e desses, 91% pagos, sendo o restante inscritos em Restos a Pagar.

Da análise do gráfico observa-se que de modo geral o nível de execução orçamentária da LOA DNOCS foi elevado, com o empenhamento ficando acima dos 95%, a execução/liquidação acima dos 88% e a efetivação dos pagamentos acima dos 93% - cenário que indica uma boa gestão da execução orçamentária e contribuição para a redução dos estoques de restos a pagar.

13. Execução orçamentária proveniente de Destaques

Como dito, além da LOA, o DNOCS executa parte do Orçamento de outras entidades do Setor Público. A tabela a seguir apresenta os valores empenhados, liquidados e pagos, bem como, inscritos em Restos a Pagar Não-Processados.

Despesas/Unidades Gestoras Responsáveis	CODEVASF	SE/MIDR	SNSH	SNPDRT	Em Reais \$
					Total
Despesas empenhadas	78.896,61	200.560,42	1.887.052,05	103.611.049,03	105.777.558,11
Despesas liquidadas	46.399,85	169.265,43	36.296,44	31.221.812,25	31.473.773,97
Despesas pagas	42.824,08	169.265,43	36.296,44	20.116.878,75	20.365.264,70
Despesas inscritas em rpnão processados	32.496,76	31.294,99	1.850.755,61	72.389.236,78	74.303.784,14

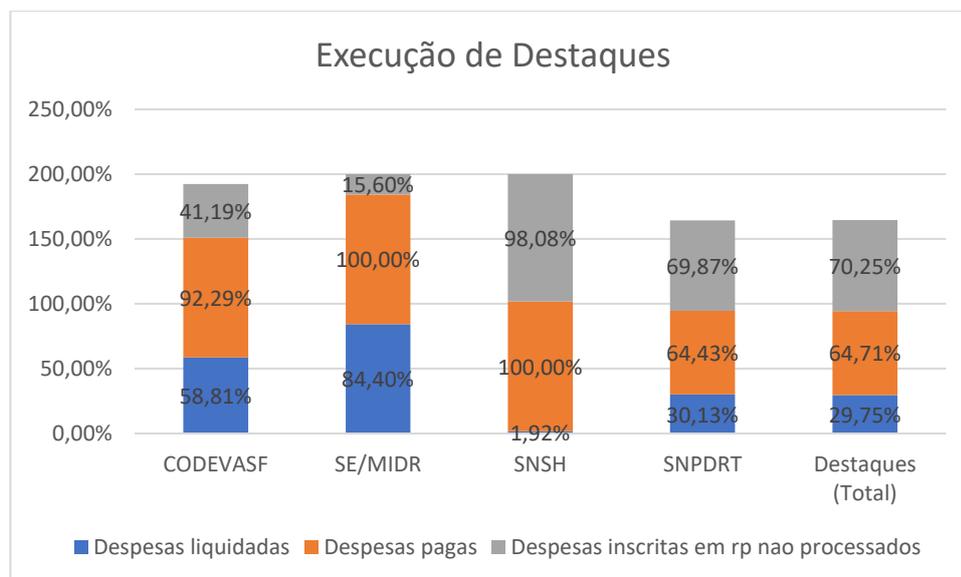
Fonte: SIAFI

Da execução orçamentária proveniente de destaques, a autarquia executou 29,75% do montante empenhado e pagou 64,71% do valor liquidado (executado), restando, portanto, 70,25% a ser executado em 2023 e anos seguintes.



Analisando-se a execução dos destaques, SE/MIDR por exemplo teve 84,40% do empenhado, executado (liquidado) e 100% do empenhado, pago, inscrevendo em RPNP apenas 15,60%.

Já SNSH teve apenas 1,92% executado, inscrevendo-se 98,08% em RPNP.



14. Balanço Financeiro

Nesse relatório é possível analisar os ingressos e dispêndios dos recursos classificados por Receitas e Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias.

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

No âmbito do DNOCS, as receitas e despesas extraorçamentárias são basicamente recursos de Restos a Pagar.

Em 2022, o total de ingressos somou R\$ 2,7 bilhões, R\$ 196 milhões à mais que o recebido em 2021, um aumento de 7%.



INGRESSOS		
	\$ Em Reais	
Especificação	2022	2021
Receitas Orçamentárias	5.736.679,64	5.771.453,95
Transferências Financeiras Recebidas	2.442.621.348,29	2.045.629.019,64
Recebimentos Extraorçamentários	254.118.035,23	464.948.819,29
Saldo do Exercício Anterior	69.352.882,43	59.813.629,54
Fonte: SIAFI	2.771.828.945,59	2.576.162.922,42

Dos R\$ 5,7 milhões de Receitas Orçamentárias Vinculadas Próprias, R\$ 3,2 milhões veio de alienações de imobilizados, que frente aos R\$ 4 milhões do ano anterior, sofreu uma redução de 20%, mas no geral, as Receitas Orçamentárias mantiveram-se no patamar, com apenas 0,60% menor do que no ano anterior.

As Transferências Financeiras Recebidas foram R\$ 396 milhões maiores que em 2021 e os recebimentos tiveram uma redução de 45%, R\$ 210 milhões a menor.

Já os recebimentos extraordinários foram da ordem de R\$ 254 milhões.

Do lado dos dispêndios as despesas orçamentárias foram de R\$ 993 milhões, 17% menores e as Transferências financeiras concedidas foram de R\$ 1,2 bilhão.

DISPÊNDIOS		
	\$ Em Reais	
Especificação	2022	2021
Despesas Orçamentárias	993.805.301,23	1.207.180.351,04
Transferências Financeiras Concedidas	1.229.005.398,12	1.022.363.762,42
Pagamentos Extraorçamentários	487.202.761,90	277.265.926,53
Saldo para o Exercício Seguinte	61.815.484,34	69.352.882,43
Fonte: SIAFI	2.771.828.945,59	2.576.162.922,42

15. Fluxo de Ingressos e Dispêndios em 2022

É interessante notar que entre os R\$ 69 milhões recebidos de 2021 e os R\$ 61 milhões deixado para 2023, a diferença foi de apenas 7 milhões de reais.

Como uma de suas vinculadas do Ministério da Integração do Desenvolvimento Regional (MIDR), o DNOCS depende financeiramente para executar suas ações/projetos. Mensalmente o MIDR efetua repasses de financeiro para o DNOCS cumprir suas obrigações



junto aos seus fornecedores, bem como para realizar os pagamentos dos servidores. Sendo assim, o fluxo financeiro do órgão é regido principalmente por 2 fatores:

- o limite financeiro autorizado para o MIDR no decreto de programação financeira anual (10961/2022);
- a discricionariedade do MIDR em liberar esse recurso financeiro para o DNOCS, em detrimento de outras ações executadas nas demais vinculadas ou no próprio MIDR.

Despesas obrigatórias, como a da folha de pagamento, não sofrem com esses fatores, mas no caso de despesas correntes, principalmente as “outras despesas correntes”, que são fruto da manutenção da máquina administrativa, são impactadas.

Em 2022, nos meses de janeiro, abril e novembro, o órgão recebeu apenas 7,7% de todo o financeiro liberado para o ano. O mesmo ocorreu para as despesas de investimento, onde no mesmo período recebeu apenas 4,8% de financeiro para atender os pagamentos.

Percebe-se que não houve regularidade no envio do financeiro, e em parte comprometeu a solvência. As despesas de custeio normalmente são oriundas de contratos com prestação de serviços continuados, com valores relativamente constantes mês a mês. Nos meses que receberam os menores aportes, parte do saldo de Fornecedores ficou alongado.